

Domingos Manuel Santos Tavares Campos

From the vast solitude, a frontier is born:

Nomadism and geopolitics in Mongolia

Secção

Investigação Científica / Scientific Research*

* Os artigos presentes nesta secção foram sujeitos a processo de revisão segundo o método *blind peer review* / The articles in this section have undergone a blind peer review process.

Da vasta solidão se faz fronteira: nomadismo e geopolítica na Mongólia

From the vast solitude, a frontier is born: Nomadism and geopolitics in Mongolia

Domingos Manuel Santos TAVARES CAMPOS*

Resumo: O artigo presente procura interpretar a importância do nomadismo na singular posição geopolítica da Mongólia, concebendo-o não como um resquício atávico, mas como uma medida deliberada de governação. Partindo do quadro teórico da geopolítica crítica, conforme desenvolvida por Klaus Dodds, e do método histórico-sociológico da Escola Inglesa das Relações Internacionais, rejeitamos os preconceitos deterministas e tardo-coloniais que mostram o nomadismo como um obstáculo securitário. Traçamos a continuidade desta tradição desde os vastos domínios de Chinggis Khan até ao período da dependência soviética, o qual, tendo falhado na extinção nomadismo, adaptou a ideologia aos costumes locais através do negdel.

Palavras-chave: Nomadismo, Mongólia, Eurásia, Geopolítica.

Abstract: This article seeks to interpret the importance of nomadism in Mongolia's singular geopolitical position, conceiving it not as an atavistic remnant, but as a deliberate instrument of statecraft. Drawing upon the theoretical framework of critical geopolitics, as developed by Klaus Dodds, and the historical-sociological method of the English School of International Relations, we reject the deterministic and late-colonial prejudices that portray nomadism as a security bottleneck. We trace the continuity of this tradition from the vast dominions of Chinggis Khan to the period of Soviet dependence, which, having failed to eradicate nomadism, adapted its ideology to local customs through the negdel.

Keywords: Nomadism, Mongolia, Eurasia, Geopolitics.

Introdução

Situada no coração das estepes, entre desertos, planaltos e montanhas, a Mongólia constitui um caso que merece mais atenção na análise geopolítica contemporânea. Propomo-nos, neste estudo, a compreender o modo como a tradição nómada se converte em instrumento de sobrevivência, segurança e soberania num

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. *E-mail:* domingostavarescampos@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7335-5369>

país com uma posição encravada entre duas grandes potências, atalássica, e com escassez de recursos naturais facilmente acessíveis.

Antes de adentrar no corpo principal do texto, atenhamo-nos ao método, pois nenhuma boa estratégia se pode iniciar sem um propósito claro, um plano adequado, e um processo coerente de execução. A geopolítica só se justifica e ganha propósito quando ilumina o fenómeno que pretende compreender. É, pois, necessário delinear os conceitos e teorias que sustentam esta investigação.

Enquadramento teórico, conceptual, e metodológico

A compreensão da geopolítica mongol exige uma abordagem que vá além das leituras puramente materiais ou deterministas do território. Desta forma, este trabalho inscreve-se no âmbito mais lato da geopolítica crítica conforme esboçada por Klaus Dodds e, recorre, como lente interpretativa complementar, ao método histórico-sociológico da Escola Inglesa das Relações Internacionais.

Enquanto a geopolítica clássica tende a conceber o espaço como condição e limite da ação, uma herança do pensamento determinista, a geopolítica crítica entende-o como uma construção simbólica modelada por narrativas e práticas. Esta perspetiva permite-nos considerar o espaço não apenas como cenário, mas como texto e ator, um sistema de significações em que a identidade política se encarna. No caso da Mongólia, essa encarnação manifesta-se através do nomadismo, que, mais do que um modo de subsistência, é uma forma de ordenar o mundo e de habitar o Poder.

Partimos assim da noção que o Poder, longe de ser uma entidade abstrata ou quase metafísica, é uma realidade encarnada: assume corpo nas práticas sociais, nos hábitos quotidianos e nas representações simbólicas que estruturam a convivência no espaço político. A teatralidade típica dos Estados sedentários modernos, desde paradas militares, monumentalidade arquitetónica e rigidez dos centros administrativos surge, no caso mongol, de forma atenuada ou até substituída por modos mais subtis e móveis de presença: yurts, estepes, e movimento.

É neste enquadramento que formulamos a questão central: poderá o nomadismo ser compreendido como uma prática geopoliticamente significativa, enquanto forma deliberada de sobrevivência e soberania, no conjunto da política da Mongólia? Naturalmente que, os povos nómadas não existem num vácuo e, portanto, esta questão central irá obrigar-nos a pensar nos maiores desafios da política mongol

atual, emergindo como questões derivadas: de que modo tenta a Mongólia assegurar a sua segurança alimentar e ecológica?; quais os principais riscos energéticos para a Mongólia?; e, quais os riscos militares deste país?.

Exige-se, a priori, definir o que compreendemos como nomadismo neste estudo, que definiremos como um sistema de mobilidade social e económica regulado por vínculos comunitários estáveis em que o grupo e os seus meios de subsistência, como o gado, se deslocam conjuntamente. Ademais, excluimos daqui o estudo da Mongólia Interior, parte integrante da República Popular da China. A sua situação atual exigiria instrumentos analíticos distintos e um enquadramento que está desajustado dos objetivos deste artigo. A delimitação concentra-se, portanto, na Mongólia soberana, cuja continuidade histórica permite observar o nomadismo da Ásia Central enquanto fenómeno vivo.

Para responder a esta questão, situamo-nos no campo da Escola Inglesa, que concebe as relações internacionais como uma sociedade de Estados sustentada por instituições, normas e expectativas comuns, em Paz e Guerra. Adotamos, dentro desta escola, uma linha de leitura próxima da leitura realista de Edward Carr, que reconhece que Estados utilizam meios reais para atingir finalidades morais e ideais, seguindo a distinção aristotélica entre ato e potência, aquilo que é ante aquilo que deveria ser. Esta concepção permite compreender a coexistência de motivações materiais e simbólicas na política externa, pelo reconhecimento de que os Estados, mesmo em contextos de fraqueza e vulnerabilidade, perseguem ideais que dão forma e razão à sua existência. Assim, é-nos possível separar as instituições primárias, enquanto culturas de poder, e secundárias, de natureza mais formal, como ministérios, tribunais, e práticas de administração política.

Mesmo quando Estados não são signatários de convenções internacionais, subsistem as expectativas partilhadas sobre a conduta em termos de guerra ou, tão somente, agónicos, em Estados ditos desenvolvidos que se guiam, pelo menos, pela proporcionalidade. Não se espera uma resposta nuclear a uma transgressão fronteiriça, mas também não se espera a retoma de relações diplomáticas cordiais, *ceteris paribus*.

Por fim, consideramos que a política de sobrevivência de qualquer estado assenta em duas grandes camadas: a superestrutura, que sustenta o Estado e guia os princípios praxeológicos (alicerçada nas seguranças alimentar, ecológica, energética e militar); a segunda camada, uma base infraestrutural, que compreende

as necessidades da população ou das populações que compõe um Estado e nele encontram a sua voz, e que nem sempre são racionais ou previsíveis. Além disto, e porque nenhum Estado consegue ser autossuficiente num mundo globalizado, em que as vantagens comparativas se sobrepõe às vantagens absolutas, o comércio internacional surge como uma prioridade na satisfação destas diversas necessidades, em que cada região comercia com as outras de modo a fornecer os meios materiais de que dispõe em troca dos meios de que carece.

Esperamos poder contribuir para o debate académico ou, pelo menos, lançar o repto para a reflexão sobre modelos de defesa alternativos para pequenas nações, que não envolvam a proliferação de armamento de destruição maciça (ADM). Para este efeito, analisar-se-ão fontes primárias como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional da Mongólia (CEDNM), informados historicamente pelo Relatório Oficial do Ministério da Defesa, datado de 1997, assim como fontes secundárias, tanto académicas, quanto jornalísticas. Esta leitura é orientada por três pressupostos metodológicos: a interpretação simbólica do espaço, tomando o território não apenas como extensão física, mas como expressão de geografias ideacionais (qualquer estepe pode ser a estepe); a historicidade das instituições, enquanto articulação de práticas que asseguram a continuidade entre o passado e o presente; e a articulação entre segurança material e ontológica, reconhecendo que a estratégia não se resume à preservação física e reprodução administrativa, mas também identitária e cultural.

Estado da Arte

A bibliografia sobre a Mongólia, ou, num caso mais lato, a Ásia Central, é ocupada por três conglomerados

O estudo da Mongólia no campo das Relações Internacionais é marcado pela marginalidade, sendo o país encarado como objeto ou sujeito passivo da expressão agónica das potências que a rodeiam, o que, implícita ou explicitamente acaba por rejeitar a agência do país, retirando valor às suas estratégias de sobrevivência. Assim, mais do que um Estado digno de estudo próprio, o país é reduzido a uma variável dependente da rivalidade sino-russa. Esta tendência reflete o predomínio de análises centradas em Moscovo ou Pequim, nas quais a Mongólia aparece como simples fronteira, extensão ou espaço-tampão. Deste modo, as suas políticas próprias permanecem subvalorizadas.

Uma exceção à leitura da Mongólia como objeto passivo da política

internacional é o estudo de Sofiya Hapchyn, La política doméstica y exterior de Mongolia en el contexto del acercamiento sino-ruso , que procura dar a conhecer a política trilateral da Mongólia e da sua política do “Terceiro Vizinho”, isto é, de uma neutralidade entre Rússia e China e procura de parceiros externos que ajudem a quebrar o seu isolamento relativo.

Em Portugal, o tema é virtualmente ignoto. Embora haja obras sobre a história da Ásia que toquem na civilização mongol, na importância de Chinggis Khan, a geopolítica da mesma permanece na obscuridão.

Estudos focados no nomadismo são escassos na Academia das Relações Internacionais, pese embora as tentativas de o corrigir com recentes estudos como o fórum Nomads and International Relations: post-sedentarist dialogues ou a coletânea de estudos Nomad-State relationships in International Relations . Esta lacuna é ainda mais agravada na geopolítica, que, na generalidade, ainda não toma o fenómeno em consideração. Consequentemente, o nomadismo, bem como outras formas de vida alternativas ou tradicionais, tendem a ser vistos como desvantagens e funis estratégicos pela sua ineficiência, e frequentemente, vistos sob uma lente paternalista, como no caso das populações indígenas do Brasil , um fardo no desenvolvimento do país ou até, uma fonte de instabilidade .

Assim, o presente estudo pretende preencher duas lacunas, contribuindo para uma leitura da Mongólia como ator geopolítico pleno, capaz de articular a sua própria racionalidade estratégica; e propor o nomadismo, pelo menos no caso mongol, como uma possível instituição primária do domínio da segurança, elemento estrutural de uma política de sobrevivência que recusa o modelo armamentista de recurso à aparente panaceia do ADM.

Procuraremos dar a conhecer uma interpretação de uma das políticas de defesa mais singulares da Eurásia, um caso de estudo que merece mais atenção e debate, situado num panorama histórico e geográfico que lhe conferem particularidades epistemologicamente significativas. O nomadismo mongol aparenta, assim, ser um campo para repensar o próprio conceito de geopolítica, superando a ciência do domínio do espaço, e ascendendo ao papel da própria arte de nele permanecer de forma política.

Geografia Física e Humana

Analisemos a situação mongólica à luz da geografia nas suas vertentes, física

e humana, para que possamos delimitar o objeto de estudo. A Mongólia é um Estado continental, encravado entre a Rússia e a China, com o ponto mais próximo ao oceano distando 645km da costa. O território, com 1, 564 116km², tem uma área comparável à da Pérsia, mas com apenas 3 milhões de habitantes, metade dos quais residem na capital, Ulanbaatar. Esta baixa densidade demográfica, aliada à inospitalidade climática, condicionou a sua economia, ainda hoje baseada na pastorícia, que emprega hoje cerca de um terço da população e gerando mais de 10% do seu PIB. Mais do que fatores limitativos, a geografia e o clima impuseram um modelo de existência baseado na sua natureza cíclica e na necessidade de adaptação.

A despeito da vastidão territorial e da abundância potencial de recursos naturais, o país mantém-se economicamente diminuto com um PIB na ordem dos €20 mil milhões, muito longe dos cerca de €4 biliões da Federação Russa ou €18 biliões chineses. A gravidade e severidade do clima, bem como a inexistência de uma orla marítima, tornam as perspectivas de industrialização diminutas. Esta assimetria resulta numa política de defesa convencional insustentável, motivando a Mongólia a perseguir estratégias de sobrevivência baseadas na neutralidade face às duas potências que a rodeiam, procurando apoio no Terceiro Vizinho, e numa política cultural, simbólica, e territorial que alavanca as suas tradições nómadas, como forma de resistência, controlo do seu espaço físico e, finalmente, preservação dos seus caracteres nacionais.

Súmula Histórica

A História da Mongólia, a despeito da antiguidade do assentamento de povos altaicos, como citas, sármatas e tocários, é relativamente ignota, por falta de fontes, até à formação do império Xiongnu. Um milénio mais tarde, Chinggis Khan fundaria o maior império contíguo da História, desde a China até à Europa Ocidental, encetando relações diplomáticas com os reis de França. Na sua visão, destacam-se as suas políticas anacronisticamente tolerantes que permitiram atenuar a situação minoritária dos mongóis no seu Império: liberdade de culto, o conceito de imunidade diplomática *avant la lettre*, e a tentativa de compatibilizar inovações técnicas com o estilo de vida nómada. Após a sua morte, a Mongólia viria a tornar-se vassala do Império do Meio, e, posteriormente, do Império Russo. Tornou-se, enfim, num Estado-tampão entre os dois Impérios. Durante a Guerra Civil Russa, a vitória do Exército Vermelho levou à imposição de um regime socialista no país. Embora não fosse formalmente parte da

União Soviética, a sua dependência da mesma levou à sua redução enquanto posto avançado soviético até ao fim da Guerra Fria.

Dado que Karl Marx, no seu Manifesto do Partido Comunista, não fizera apreciação a estilos de vida nómadas e pastoralistas, os decisores políticos comunistas deparavam-se ante uma situação que não fora prevista no seu cânone. Sem um guia de ação, procederam, então, a políticas de coletivização do corpo sacerdotal (lamas) e pequenos proprietários, que, à falta de uma classe burguesa, se tornaram bodes expiatórios da opressão de uma classe proletária inexistente. Não havendo indústria significativa, coletivizaram as alimárias, redundando na perda de cerca de um terço dos rebanhos do país, totalizando 8 milhões de cabeças de gado . Tal como referido por Robert Conquest, a imposição de políticas estereotipadas levou a um sofrimento desmesurado, proporcional ao sofrido pela Ucrânia no Holodomor. Com o falhanço da coletivização e longe de dispor dos meios coercivos que possibilitavam a política soviética de sedentarização forçada no Cazaquistão, o regime comunista viu-se obrigado a criar um modelo alternativo de socialismo, os negdels, cooperativas nómadas voluntárias. O regime perseguiu o budismo, impôs o alfabeto cirílico, e tentou apagar Chinggis Khan da História.

Mais tarde, o reformismo vivido na URSS veio a impulsionar um movimento democrático na Mongólia, tendo sido organizadas eleições livres em 1990 que culminariam na reescrita da Constituição, em 1992, consagrante da neutralidade externa, que reabilitou a herança histórica e cultural, e proibiu a venda de terras fora dos assentamentos permanentes a estrangeiros . Esta ressalva provavelmente visou a proteção do estilo de vida nómada e a prevenção do sedentarismo imposto por pressões económicas, como ocorrera no Cazaquistão, no século XIX. Esta mudança levou a um ressurgimento nómada e, hodiernamente, o Estado faz da conservação ambiental e do nomadismo a sua marca-país e parte central da sua identidade nacional. Para evitar a sua vassalização, a Mongólia recorreu à abertura a outros países e à procura de quebrar o seu isolamento por laços diplomáticos , culturais e económicos , com a formalização da chamada política do Terceiro Vizinho .

Identificação da posição e das ameaças

A frágil posição geopolítica mongol obriga a uma política externa de gestão de risco, evitando hostilizar os seus vizinhos e promover o Direito Internacional. Os principais riscos imediatos são a dependência energética face à Federação Russa ,

principal fonte de produção elétrica ; a destabilização da ordem liberal internacional, periclitante caso a Ucrânia capitule ante as forças russas; a assimilação cultural; e a degradação ambiental e expansão do Gobi, que ameaçam o estilo de vida nómada.

A despeito das tentativas de diversificação, a produção elétrica mongol mantém-se dependente de combustíveis fósseis russos, ao passo que a transição para energias renováveis colide com preservação de paisagens e ecossistemas, essenciais para a preservação do nomadismo e do setor turístico, que contou com 500 mil visitantes em 2021 . O risco é severo, podendo o país ficar sem eletricidade à mercê de Moscovo. Moderando este cenário, o estilo de vida nómada de um terço da população torna-a menos vulnerável a este cenário. Ainda que tecnologias recentes ajudem a facilitar o seu estilo de vida, a sua ausência não impossibilitaria a manutenção do mesmo.

Constata-se, no entanto, que a probabilidade é rara, em virtude de a Federação Russa se encontrar interessada em encontrar mercados de exportação para os seus produtos energéticos, de modo a financiar o seu esforço de guerra na Ucrânia e as suas pretensões eurásianas. Mesmo que a Mongólia represente um pequeníssimo mercado, é ainda assim um veículo de entrada de reservas fiduciárias estrangeiras, num cenário em que a utilidade marginal de cada dólar é cada vez maior, para sustentar a importação de componentes de sistemas de armamento e plataformas de combate.

De igual modo, a Mongólia tem aderido a uma política de apaziguamento, e embora subscritora das normas do Direito Internacional, e valendo-se das mesmas, não cumpriu o seu acordo com o Tribunal Penal Internacional quando o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, visitou o país, antes dando-lhe uma guarda de honra presidencial , apenas um mês depois de uma reunião bilateral com os EUA .

A Mongólia tem trabalhado no sentido de construir infraestrutura nuclear que garanta ao país, que dispõe de vastas reservas de urânio, capacidade autóctone e estratégica de se libertar da dependência externa , e quebrar o seu isolamento económico, contratando os esforços sul-coreanos ou franceses para o efeito.

Ao nível do nomadismo, é importante referir que, a despeito do seu estilo de vida, as famílias que se dedicam a estas práticas possuem acesso à internet, televisões e rádio, dispondo de geradores elétricos ou de painéis solares. Os primeiros dos quais dependem de importações energéticas russas; os segundos dependem de importações da China, o maior produtor e exportador de painéis fotovoltaicos. Estes sistemas, além das comodidades óbvias, servem de alerta para fenómenos climáticos

agressivos, como os dzud, agravados pelas mudanças climáticas que têm provocado invernos com mais neve, perigando a vida destas comunidades. Para os decisores políticos, medidas informativas e estudos científicos para mudar hábitos de pasto são fundamentais, dado que, nos anos mais graves, a perda de cabeças de gado atira pessoas para a sedentarização por necessidade, gerando pobreza e exclusão social. Os severos impactos político-económicos do corte no fornecimento de exportações russas seriam elevados, mas a sua baixa probabilidade resulta num risco médio.

Noutra linha, para a Mongólia, um país comumente aferido como pequena potência, a capitulação da ordem liberal internacional e a destabilização do atual sistema internacional, fá-la-á quedar num caminho de protetorado de facto de uma das duas grandes potências com as quais faz fronteira. Nesse sentido, a Mongólia pode emergir como centro de competição entre ambas, como sucede, aliás, no Cazaquistão. Uma política externa sábia dos decisores políticos mongóis pode tentar extrair o máximo de benesses de ambas as partes, mas tendo sempre em conta o risco de dependência e o rácio de forças desfavorável. Em termos de probabilidade, estimamos que este cenário seja provável, até pelos efeitos de ordem secundária e terciária que a invasão russa da Ucrânia despoletou, abrindo a caixa de Pandora para o reajustamento do sistema internacional. Em certo sentido, o paradigma liberal é o realismo dos países com menos poderio militar, e é, portanto, do interesse da Mongólia assegurar que a ordem liberal internacional se mantenha. Com uma política americana idiossincrática, não há um hegemon claro que seja capaz de manter a paz mundial e a integração económica e financeira global em curso. Nesse aspeto, a posição geográfica do país coloca-a entre a espada e a parede, e pode deixá-la numa situação em que tenha de escolher quais os valores que está disposta a comprometer em troca de segurança, tal pacto fáustico.

Contudo, nem todas as ameaças são físicas. No caso mongol, a globalização pode emergir como um desafio de segurança ontológica, que atente contra a preservação das suas características culturais, assumidas no seu CEDNM como “requisito vital para a vitalidade [sic] da identidade e nacionalidade mongóis”. Nesse sentido, e tendo em conta as mudanças de um mundo globalizado, os sistemas de pensamento fechados já não são capazes de sobreviver na sua própria cápsula, dado que os axiomas que os subjazem são, agora, discutidos. A novidade do globalismo traz implícita uma crítica tardo-colonialista das sociedades tradicionais e dos seus modos de vida como improdutivos, ignorantes e incultos. A proliferação de redes de

internet, que encetou a possibilidade para que duas pessoas, em diferentes partes da Terra, interajam com a outra a par da difusão do inglês como língua franca concorreram à destruição das barreiras e as bolhas que existiam no passado. Culminaram, pois, no nascimento de um novo mundo em que o dogma central é o de que não há dogmas, resultante na emergência de uma cultura cosmopolita global, com valores, expectativas e preconceitos partilhados pela maior parte da sociedade civil, e que demonstram os benefícios e comodidades claras de uma sociedade pós-industrial.

Seria importante e interessante debater se o declínio do estilo de vida nómada se prenderia com causas fundamentalmente ideológicas, como o contacto com a internet e a tomada de conhecimento dos benefícios de um estilo de vida cosmopolita; ou com causas ecológicas, como a expansão do deserto do Gobi. Mais do que um mero contratempo, esta situação é uma ameaça existencial para o país asiático, dado que a população nómada, ainda que minoritária, compõe ainda o corpo social mais vasto e peça central no seu ordenamento político. Quer a China, quer a Mongólia veem no Gobi um vasto ecossistema por explorar, e um potencial económico virtualmente infundo, conquanto com objetivos contraditórios: a China interessada nas reservas de carvão e a Mongólia na manutenção ecológica. Não surpreende, ainda assim, que a posição chinesa saia favorecida destas disputas, dada a disparidade de forças entre os intervenientes, pesem embora os dilatados contributos feitos por Pequim para conter a expansão do deserto. É de notar que esta situação demonstra um novo paradigma face ao clima, ao mundo natural e à geografia, que já não são vistos como pano de fundo das relações internacionais, mas um ator com capacidades mais vastas do que qualquer Estado e para o qual é necessário o emprego de regras e acordos, não para a proteção do mesmo, mas para salvaguarda do ordenamento do sistema internacional e equilíbrio de poderes vigente, para a preservação das comunidades, e para a estabilização política global, prevenindo crises humanitárias, e assegurando a preservação de culturas.

Embora o globalismo exija a expansão da base extrativa de recursos cuja exploração pode agravar a crise ecológica, a interdependência económica criada pelo mesmo pode ajudar a criar sinergias e soluções sustentáveis. Para a Mongólia, o fortalecimento de instituições globais, bem como da cultura que as sustenta, representam tanto uma ameaça ao modo de vida tradicional, quanto uma oportunidade para mitigar os problemas ambientais e ecológicos.

Nomadismo enquanto vivência geopolítica

Com efeito, convém recordar que o nomadismo não é só uma prática antropológica, mas uma vivência da geopolítica, de encarnação de um nomos continental, autossuficiente e austero. A preservação das vastas planícies e dos seus ecossistemas é uma questão de sobrevivência para a Mongólia que, por influência russa, continua a fazer uso do conceito de Государство (comumente traduzido para inglês como statehood, e estatalidade para o português). Seria possível, neste entendimento, que houvesse Estados sem estatalidade, entidades meramente administrativas; assim como povos com estatalidade que não possuem um Estado. Deste modo, a preservação da forma de Estado não depende apenas da preservação das instituições que a compõe, mas também dos seus factores nacionais e civilizacionais que o animam rumo ao cumprimento de um qualquer desígnio histórico.

Esta pesada herança manifesta-se de uma maneira pacífica na Mongólia, com o nomadismo como dissuasor à difusão de religiões e ideologias externas, limitando o contacto com o mundo exterior, mantendo assim as bases da civilização que constrói a infraestrutura de suporte das instituições estatais, havendo ainda a preferência por uma religião, no caso, o budismo, como um factor de estatalidade. O pilar cultural do CEDNM está centrado em torno da importância de manter as tradições vivas, de criar centros de estudos mongolistas, e de preservar a sua língua e alfabetos nacionais. A sua religião é, destarte, outro pilar da sua estratégia, com a proteção e desenvolvimento da religião a serem considerados vitais para a defesa do país. Mosteiros e templos são financiados e estimulados pelo seu papel orientado “para a iluminação da sapiência social, o fortalecimento da unidade nacional, (...) e a proteção do ambiente natural” dado que, historicamente, “protegeu e preservou por muitos séculos a civilização intelectual do povo mongol”.

Os seus pilares económicos têm em conta a necessidade de proteção do ecossistema, missão política e religiosa, demonstrando a concepção do mundo natural não apenas como um pano de fundo e cenário, mas como um agente vivo integrante da comunidade política, embora sem autoconsciência, uma herança do pensamento budista. Aliás, outras religiões teriam dificuldade em sobreviver à geografia humana da Mongólia, que dificulta a difusão de doutrinas estrangeiras. A autoconcepção mongol, e a sua consciência do espaço a ocupar no mundo está intimamente relacionada ao habitat na qual o seu povo existe: ascético por obrigação, austero por natureza, e em permanente mudança.

O CEDNM coloca algum ónus securitário na presença e participação ativa da sociedade civil, “o asseguramento da segurança nacional deve ser baseado em informação e análise, bem como esforços individuais e colaborativos do Estado, sociedade civil, entidades privadas, e indivíduos”, o que torna o nomadismo, de facto, numa vigilância de fronteiras sem despende recursos estatais. A isto se deve acrescer a securitização do habitat, da preservação ecológica, enquadrado com a nova concepção do ser humano não como mestre do mundo natural, mas sim como custódio ou inquilino, revelando uma mudança paradigmática. O nomadismo, moldado pela austeridade do Gobi, foi um dos facilitadores da expansão militar, e hoje os líderes e decisores mongóis reconhecem que, sem esse ecossistema, a identidade nacional se poderia facilmente diluir, sobrevivendo-lhe apenas instituições formais, desprovidas de substância.

De um ponto de vista securitário, a população nómada funciona como um dissuasor de não somenos importância. A sua mobilidade, dispersão, e fluidez, multiplicaria os custos de qualquer ocupação militar sem oferecer retornos evidentes. Mesmo que a Mongólia, enquanto um Estado formal e internacionalmente reconhecido, capitulasse, os nómadas constituir-se-iam como uma reserva de soberania, mantendo viva a sua estatalidade, podendo ocupar vazios de poder com relativa facilidade. Sumariamente, a soberania não é defendida pela força militar, mas pela dispersão e mobilidade de cerca de setecentas mil pessoas, que tornariam impraticável qualquer conquista duradoura. A pequenez económica mongol torna a população nómada num ativo estratégico que alavanca potencialidades sem multiplicar custos.

Para os decisores políticos mongóis, o nomadismo conjuga vários factores que a parecem colocar, de forma implícita, em órbita de convergência com os interesses nacionais, tornando a prática geopoliticamente significativa. Em primeiro lugar, a manutenção dos povos nómadas é condição sine qua non de sobrevivência em caso de invasão, assegura a maximização de custos a uma força invasora ao passo que diminui a sua necessidade de investir em forças armadas capazes de dissuadir realisticamente os seus vizinhos e constitui-se como reserva estratégica de soberania. Em segundo lugar, o nomadismo assegura boas práticas ecológicas, na interação entre o ser humano e as manifestações de uma cultura humana singular. Em terceiro lugar, o nomadismo diminui a necessidade de importações por ser largamente autossuficiente, contribuindo para a segurança económica. Se o nomadismo impede

a modernização do Estado e a prosperidade económica, a verdade é que o faz num contexto geográfico que não lhe é favorável a priori, pela inospitalidade do território. Em quarto lugar, o nomadismo assegura a extensão da soberania, ainda que informal, a territórios que não se dão à manutenção de vida sedentária e a instituições de estados de direito, tal como finanças, tribunais, forças de segurança, escolas, et hoc genus omne. No fundo, as estratégias de segurança são convencionadas entre sociedades de Estados e a Mongólia subverte estas expectativas, descuidando da territorialidade do seu domínio, a favor da temporalidade, da continuação histórica entre passado, presente e futuro.

Conclusão

Respondendo ao repto que motivou a questão central: o nomadismo é, para a Mongólia, uma válvula de escape e um instrumento deliberado de preservação nacional. Não se tratando de um anacronismo, é, antes, uma prática social que combina eficácia material e segurança ontológica: dispersão populacional, mobilidade e legitimidade descentralizada atuam, conjuntamente, como capacidades centrais que diminuem a probabilidade de uma incorporação ou dissolução da soberania pelas potências vizinhas.

Os documentos analisados convergem para a defesa do nosso argumento central. O nomadismo cumpre, em simultâneo, funções distintas, mas complementares. Em primeiro lugar, funciona como dispositivo de presença territorial em zonas remotas, com os yurts e o gado a sinalizar e a teatralizar a soberania onde a infraestrutura estatal é ténue. Em segundo lugar, agem como amortecedores sociais e económicos que reduzem a exposição a choques logísticos e à incapacidade da débil infraestrutura existente. Em terceiro lugar, é uma reserva estratégica de soberania através da preservação dos caracteres culturais que não são apenas encenados, mas continuamente vividos, o que reforça a coesão social e política. Por fim, age como contrapeso à sedimentação e fossilização burocrática das instituições secundárias, mantendo vivo um modelo alternativo de estatalidade.

Em termos teóricos, cremos ter contribuído em dois registos; primeiro, pela elevação do nomadismo do estatuto de objeto passivo para uma categoria analítica central, de instituição primária de poder, que sustenta e legitima lógicas de Poder que não seguem estritamente a territorialidade vestefaliana. Depois, pela aproximação de duas tradições analíticas, a geopolítica crítica e a Escola Inglesa de RI, para

demonstrar que as práticas materiais e a segurança ontológica fornecida pela simbologia estatal se entrelaçam nas estratégias de sobrevivência, pelo menos da Mongólia.

Reconhecem-se limites a este estudo. A interpretação aqui proposta apoia-se em análise documental e seleção crítica da bibliografia disponível. Futuramente, recomenda-se a incorporação de dados estatísticos mais extensos, bem como de pesquisas de campo que aprofundem variações regionais e que demonstrem tendências de mobilidade destes atores. Ademais, a análise comparativa com modelos de nomadismo poderão possibilitar conclusões universalizáveis, depurando-se as contingências. Os impactos das transformações tecnológicas e infraestruturais mais recentes no estilo de vida nómada deverão ser estudados para se perceber se alavancam a sua principal ferramenta, a mobilidade, ou se a diminuem. Por fim, a comparação com outros países da Ásia Central, começando pelo Cazaquistão, elucidará melhor as consequências geopolíticas de estratégias governamentais mais restritivas ou permissivas quanto ao nomadismo.

Em suma, e retomando um tom mais eloquente: o nomadismo restitui à Mongólia a dignidade ontológica de não ser um mero pedaço encravado entre duas potências através de um modo de habitar o mundo distinto e uma concepção de soberania assente na mobilidade e resiliência. Representa, portanto, para o Estado não uma fonte de instabilidade, mas sim uma extensão da sua soberania em regiões inóspitas, incapazes de suportar a vida sedentária ou os marcos físicos, geográfica e temporalmente delimitados, que revestem aquilo a que chamamos de “Poder”. Embora não haja patrulhas policiais, projeção de poder militar, ou mesmo serviços públicos; a vista de um ajuntamento de yurts por entre a amplidão das estepes revela que aquele território é parte da Mongólia; o som do cavalgar que ecoa pelos vales sobrepõe-se ao silêncio que a Natureza quer impor e mostra que a ordem humana, que o “Poder”, embora sem farda, sem honras, e sem cerimónias, está ali presente; que a Lei impera sobre o Caos e que, por ali, *homine homo lupus non est*.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

- CONSTITUIÇÃO DA MONGÓLIA. Constituição da Mongólia [online]. [acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Mongolia_2001.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA MONGÓLIA. National Security Concept of Mongolia, 2021 [online]. [Ulanbaatar?] [ca. 2021] [acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: https://ypfsresourcelibrary.blob.core.windows.net/fcic/YPFS/https___mfa.gov_.mn_en_wp-

content_uploads_sites_3_2021_02_national-security-concept-of-mongolia.pdf.

MINISTÉRIO DA DEFESA DA MONGÓLIA. Mongolian Defense White Paper 1997/1998. Ulanbaatar: Ministério da Defesa, 1998 [acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/157120/Mongolia_Eng-1998.pdf.

Fontes Secundárias e Bibliografia Passiva:

- ATWOOD, Christopher. Encyclopedia of Mongolia and the Mongol Empire. New York: Infobase, 2004.
- BUZAN, Barry. From International to World Society? English School Theory and the Social Structure of Globalisation. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- COHEN, Saul. Geopolitics: The Geography of International Relations. Maryland: Rowman and Littlefield, 2003.
- CONQUEST, Robert. The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine. Londres: The Bodley Head, 2002.
- DAWISHA, Karen; PARROTT, Bruce (eds.). The International Politics of Eurasia: 10 Volumes. New York: Routledge, 1995–1997.
- DAWISHA, Karen; PARROTT, Bruce (eds.). Russia and the New States of Eurasia: The Politics of Upheaval. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- DIESEN, Glenn. Russia's Geoeconomic Strategy for a Greater Eurasia. Oxford: Routledge, 2018.
- DODDS, Klaus. Geopolitics: A Very Short Introduction. United Kingdom: Oxford University Press, 2014.
- DUGIN, Aleksandr. Foundations of Geopolitics. Russia: Arktogeia, 2000.
- DUGIN, Aleksandr. Last War of the World-Island: The Geopolitics of Contemporary Russia. London: Arktos, 2015.
- HAPCHYN, Sofiya. La política doméstica y exterior de Mongolia en el contexto del acercamiento sino-ruso [em linha]. Boletín del Instituto Español de Estudios Estratégicos, n.º 26, abril-junho 2022, pp. 1991-1205. [acesso em: 23 maio 2025]. Disponível online em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/BoletinesIEEE3/2022/BoletinIEEE26.pdf>.
- MORGAN, David. The Mongols. USA: Wiley-Blackwell, 2007.
- ROZMAN, Gilbert; RADCHENKO, Sergey. International Relations and Asia's Northern Tier: Sino-Russian Relations, North Korea, Mongolia. United States of America: Palgrave Macmillan, 2018.
- WEATHERFORD, Jack. Genghis Khan and the Making of the Modern World. USA: Crown, 2005.
- Fontes de Imprensa:
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Mongolia [em linha]. [acesso em: 24 maio 2025]. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/mongolia>.
- IKEGAMI, Madoka. Mongolia's Dzud Disaster . New Internationalist [em linha], 10 maio 2016. [acesso em: 8 jun. 2025]. Disponível em: <https://newint.org/features/web-exclusive/2016/05/10/mongolias-dzud-disaster>.
- INVESTMENT AND TRADE AGENCY. Agribusiness [em linha]. [Acesso em: 16 maio 2025]. Disponível em: <https://investmongolia.gov.mn/agribusiness/>.
- JONES, Marc. Mongolia signs landmark climate finance deal for its grasslands. Reuters [em linha], 23 abr. 2024 [acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/mongolia-signs-landmark-climate-finance-deal-its-grasslands-2024-04-22>.
- LKHAAJAV, Bolor. Mongolia signs uranium deal with French nuclear giant. The Diplomat [em linha], 6 fev. 2025 [acesso em: 16 maio 2025]. Disponível em: <https://thediplomat.com/2025/02/mongolia-signs-uranium-deal-with-french-nuclear-giant/>.
- LKHAAJAV, Bolor. The Mongolia US Strategic Partnership under the Biden administration. The Diplomat [em linha], 31 out. 2024 [acesso em: 23 maio 2025]. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/11/the-mongolia-us-strategic-partnership-under-the-biden-administration/>.
- MAYHEW, Bradley. World Nomad Games: The Spectacular 'Olympics' of Central Asia. BBC [em linha], 12 set. 2024 [Acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: <https://www.bbc.com/travel/article/20240912-world-nomad-games-the-spectacular-olympics-of-central-asia>.
- NEWS MONGOLIA. President of Mongolia will pay a state visit to Czech. 6 mar. 2025 [acesso em: 7

- jun. 2025]. News Mongolia [em linha]. Disponível em: <https://news.mn/en/801389/>.
- NUCLEAR ENERGY AGENCY. NEA mission to Mongolia: focus on nuclear energy development and SMRs. Nuclear Energy Agency [em linha], 7 mar. 2025 [acesso em 23 maio 2025]. Disponível em: https://www.oecd-neo.org/jcms/pl_102293/nea-mission-to-mongolia-focus-on-nuclear-energy-development-and-smrs.
- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Povos Indígenas e Soberania Nacional. Povos Indígenas no Brasil [em linha], 10 jan. 2024 [acesso em: 19 maio 2025].. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povos_ind%C3%ADgenas_e_soberania_nacional.
- SHAGDAR, Enkhbayar. The Mongolian livestock sector: vital for the economy and the people, but vulnerable to natural phenomena. [em linha] [acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: <https://paperzz.com/doc/7365208/the-mongolian-livestock-sector--vital-for-the-economy-and>.
- STERNBERG, Troy. China and Mongolia clash over how to exploit the Gobi desert. The Conversation [em linha], 20 ago. 2014 [acesso em: 21 maio 2025]. Disponível em: <https://theconversation.com/china-and-mongolia-clash-over-how-to-exploit-the-gobi-desert-26722>.
- THE EAGLE VIEW. Áreas Indígenas, Geopolítica, Riquezas Minerais e Cobiça Internacional: Internacionalização das reservas indígenas omite tentativa geopolítica de apropriação das reservas minerais [em linha]. The Eagle View, 12 set. 2019 [acesso em: 19 maio 2025].. Disponível em: <https://www.theeagleview.com.br/2019/09/areas-indigenas-riquezas-minerais-e.html>.
- UNESCO. Mongol nomad migration and its associated practices. UNESCO [online]. [Acesso em: 7 jun. 2025]. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/mongol-nomad-migration-and-its-associated-practices-02091>.
- VENTURA, Diogo. Como a China está a tentar domar um deserto plantando uma árvore de cada vez. Observador [em linha], 7 jun. 2021 [acesso em: 21 maio 2025]. Disponível em: <https://observador.pt/programas/atualidade/como-a-china-esta-a-tentar-domar-um-deserto-plantando-uma-arvore-de-cada-vez/>.
- WORLD BANK. Mongolia Fuels Imports by Country in US\$ Thousand 2022. World Integrated Trade Solution [em linha], 2022 [acesso em: 24 maio 2025]. Disponível em: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/MNG/Year/LTST/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Product/27-27_Fuels.

Data de submissão do artigo: 11/07/2025

Data de aprovação do artigo: 07/10/2025

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt